



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo I – Ala A – sala 100
70150-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3411-2559/2008

Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO

Nos dias dezenove, vinte e vinte e um de março de 2024, nas dependências da Presidência da República Federativa do Brasil, realizou-se a Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO. No dia dezenove de março de 2024, no Auditório do CECAD, reuniram-se das 09hs às 12hs, os representantes da Sociedade Civil que integram a CNAPO, com o objetivo de articular e alinhar sua intervenção.

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 19 de março 2024, das 14-16h.

1. ABERTURA DA REUNIÃO

O Ato de Abertura foi coordenado pelo Secretário-Executivo da CNAPO, **Silvio Brasil**, e **Adriana Maria Mezdri**, membra da CNAPO, representando o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A composição da Mesa buscou expressar a dimensão intersetorial da Política de Agroecologia e Produção Orgânica e sua relevância política na agenda de governo, com a presença de **Marina Silva**, Ministra do Ministério do Meio Ambiente e de Mudança do Clima; **Marcelo Fragozo**, Secretário Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Pública da SG/PR e seu representante na Comissão; **Fernanda Machiaveli**, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, **Virgínia Lira**, representando o Ministério da Agricultura e Pecuária, **Tereza Helena Campelo**, Diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES; **Kleyton Moraes**, Presidente da Fundação Banco do Brasil - FBB, **Silvia Massruhá**, Presidenta da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Karine Silva** representando **Fernanda Pacobahyba** - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; **Marília Leão**, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; **Samuel Carvalho**, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Representando o parlamento, os Deputados Federais **Nilton Tatto**, Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista; **Padre João**, Coordenador da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil e **Leonardo Monteiro**, Coordenador da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, que, na ocasião, em articulação com Comissão Nacional, promoveu o lançamento oficial desta Frente Parlamentar.

Continuação:

2. DEBATES:

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 20 de março 2024, das 16h-18h.

2.1 *Sociedade e Estado no combate à fome, na promoção da saúde e no enfrentamento à emergência climática. Qual o lugar da agroecologia?*

Sob coordenação de **Islândia Bezerra/SG-PR** e **Leomárcio Araújo da Silva/MPA** e mediado por **Paulo Petersen/ANA**. A partir de fala “indutora/provocadora” do debate, ressaltada a centralidade da Agroecologia, e considerada a tríade *fome-saúde-emergências climáticas*, os interlocutores convidados foram instados a responder algumas questões, a partir dos seus espaços de atuação:

Perguntas orientadoras:

- **Como é possível avançar nas conexões entre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PNAPO, a Política Nacional de Abastecimento Alimentar/PNAAB e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PNSAN?**
- **Como é possível avançar na promoção da saúde sob uma perspectiva agroecológica?**
- **Emergências climáticas na prática: o que é possível fazer?**

Convidadas e convidados:

Elisabetta Recine - Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;

Lília dos Santos Rahal - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS;

Silvio Isoppo Porto - Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações – CONAB;

Juliana Acosta Santorum - Assessoria especial para Territórios - GM – MS.

P.S. POR PROBLEMAS TÉCNICOS NO EQUIPAMENTO, NÃO HOUVE A GRAVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO, NA TARDE DO 1º DIA DE REUNIÃO, O QUE IMPOSSIBILITOU A TRANSCRIÇÃO DAS FALAS.

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 21 de março 2024, das 09h-11h.

2.2 *Diálogos sobre as estratégias políticas e metodológicas para o fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica*

Visando um nivelamento sobre o andamento das estratégias agroecológicas e de como, efetivamente, a CNAPO, através de suas subcomissões temáticas e GTs, poderá atuar na construção do PLANAPO.

Sob a coordenação de **Vilênia Venâncio Porto Aguiar/CONTAG**, **Vivian Libório de Almeida/MDA**, e **Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR**, houve exposição e debate sobre as estratégias políticas e metodológicas para o fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica com o intuito de nivelamento, visando à construção do PLANAPO.

Vilênia Venâncio Porto Aguiar/CONTAG expõe que serão apresentadas três experiências estratégicas que fortalecem a Agroecologia e a Produção Orgânica, e que buscam responder às questões que o Brasil enfrenta que são a fome, emergências climáticas e saúde: as experiências explanadas serão o ECOFORTE, o PRONARA e os NEAs.

Vivian Libório de Almeida/MDA diz inicialmente que é importante historicizar sobre alguns elementos para o fortalecimento da PNAPO. Lembra que o governo tem menos de três anos

para avançar nessa estratégia; que é importante promover a intersetorialidade e a manutenção do diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo; que a agenda tem grandes desafios que são: a “recaptação” da Política de Bioinsumos, que está com o agronegócio; a retomada do Programa Nacional de Sementes e Mudanças; do PRONARA; a construção do Plano Safra Mais Agroecológico; a discussão de estratégia de transição agroecológica; da inclusão sócio-produtiva; a inovação dos serviços de ATER para Agroecologia; do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agroecologia dentre outros temas. É preciso garantir visibilidade que é de direito da agricultura familiar, dos povos das águas e dos povos das florestas com o movimento de retomada de iniciativas exitosas do passado.

a) ECOFORTE: Desafios e perspectivas para o novo Edital

Marcos Matias Cavalcante/BNDES, inicia a apresentação sobre as experiências anteriores do ECOFORTE. Diz que a ideia principal do programa é fortalecer Redes de Agroecologia e Extrativismo, fomentar o Cooperativismo, difundir o conhecimento sobre a Agroecologia, promover a conservação da biodiversidade, da cultura tradicional e propiciar a manutenção e construção de sistemas agroalimentares saudáveis atendendo a demanda da promoção da segurança e soberania alimentar. O público alvo do ECOFORTE foram os agricultores familiares, agricultores assentados e os povos e comunidades tradicionais. Foram articuladas ações com outras Políticas Públicas com o PAA, PNAE e Pronaf. O BNDES, em conjunto com a FBB lançaram 5 editais que apoiaram 87 projetos. O valor investido atingiu o valor de R\$ de 78 milhões. Foram apoiadas 42 redes e 33 Cooperativas e Associações. Atingiu em torno de 57 mil pessoas.

Patrícia Dias Ribeiro, convidada do BNDES, expõe que o ECOFORTE Extrativismo teve 2 editais, no primeiro, 10 Cooperativas ou Associações apoiadas e no segundo, 23. No primeiro houve frustração de recursos, o que motivou uma estratégia de mobilização, capacitação para outras Cooperativas e Associações para poderem acessar. Houve 19 mil beneficiados diretos e R\$ 16 milhões em valores executados para os dois editais. No edital de 2014 foi utilizado o Fundo Social que apoia todo o Brasil, mas também se utilizou do Fundo Amazônia. Foram 28 projetos apoiados, com cerca de 28 mil beneficiários, R\$ 32 milhões de valores executados. O edital de 2017 se realizou em duas partes sendo uma para continuar apoiando as mesmas redes e outra para que novas redes pudessem entrar. Foram 20 redes no total, com 8.400 mil beneficiários. Foram executados aproximadamente R\$ 16 milhões. Ainda há projetos em fase final, em função dos impactos da pandemia.

Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira/FBB, acrescenta, mencionado a estratégia utilizada em 2016 e 2017 junto com o MMA, o ICMBio e com o apoio do projeto da GIZ, de cooperação alemã, para contratação de consultores que fizeram um processo de busca direta das Associações e Cooperativas na região Norte. Se tinha lançado um primeiro edital no valor R\$ 8 milhões, e que conseguiu-se apoiar com R\$ 12,3 milhões no segundo, em que houve ampliação dos recursos financeiros. Sobre alguns questionamentos relacionados a taxa administrativa, informa que não é possível pagar legalmente, mas que o pagamento contempla despesas relacionadas a execução do projeto. Existem desafios operacionais em função da reprovação de projetos, é importante que as organizações se mantenham regularizadas, que houve desclassificação de 58% de recursos do Fundo Social e Socioambiental e 77% do Fundo Amazônia em razão de propostas desclassificadas por falta de documentação. Existe a intensão de revisar sobre o momento de solicitação de documentação obrigatória, de ser realizada em 3 etapas. Houve questões relacionadas aos percentuais tangíveis e intangíveis e que é importante discutir e definir percentuais mínimos. É pretendido realizar, a partir de mobilização, capacitação para projetos, oficinas de apoio a apresentação de projetos, *online* ou presencial. Para o momento

será sugerido um valor de R\$ 2 milhões por rede para primeiro edital com o valor total de R\$ 50 milhões, 25 redes. Para empreendimentos o valor estipulado é de R\$ 500 mil para um prazo de 24 meses, que poderá ser expandido para 30 ou até 36 meses. Os critérios de priorização válidos são os territórios, mulheres e juventude, o público PCT, quilombolas e indígenas. Se quer estimular parcerias em rede de Escolas Família, Universidades e Institutos Federais. É esperado fazer discussões rápidas, presenciais ou *on-line*, para que haja tempo hábil de incorporação das demandas nos editais visto que é de interesse que seja lançado junto ao Plano Safra.

Gabriela Antonia da Costa Souza/ABA, discorre sobre valores administrativos, que a SOS Amazônia, ONG de 35 anos, foi a única que conseguiu se manter durante o desgoverno anterior; que o recurso institucional financiado oscila entre 5%, 10% e 15%, que almeja o mínimo de 20% para o funcionamento das organizações. No bioma amazônico existem o momento seco e o chuvoso, com alterações entre Estados e desta forma os editais precisam de um olhar individual para que seja entregue um bom trabalho, que faça diferença no território.

Fábio Pierre Fontenele Pacheco/ANA Amazônia, detalha que historicamente a Amazônia foi marginalizada em se tratando de políticas públicas; que Órgãos do Governo usam a expressão discriminatória “Custo Amazônia”, que as passagens aéreas para Amazônia são muito mais caras, é região muito extensa, que se faz necessário uso de avião, carro e barco, ida e volta, para ir à campo, falta infraestrutura de estradas, existe a problemática de regularização fundiária e emissão de Nota Fiscal é um grande desafio; que é importante construir parâmetros amazônicos e capacitação das organizações para atender às exigências burocráticas. ATER é fundamental para auxílio na educação e construção do conhecimento.

Eduardo Safons Soares/CONAB, expressa que todos os editais, usualmente, trazem a noção de intangibilidade *versus* investimentos. ATER é tangível para quem recebe e há questionamentos sobre mensuração, a valoração e capacitação. Em Programas do SENAR um técnico recebe, em geral, R\$ 8 mil por mês, carro e um *Palmtop*; que no âmbito do governo a valoração é baixa, e, como via de regra, os editais permitem dilatação de prazo, mas não a atualização de valor, o que pode levar ao endividamento das redes.

Thiago Guedes Viana/CNPOrg, sugere o *advocacy* como proposta para a agenda da CNAPO e cita o lançamento da Frente Parlamentar da Agroecologia e Produção Orgânica como forma de fortalecer projetos em rede em todos os Estados.

Leomárcio Araújo da Silva/MPA, destaca a necessidade de se ter menos burocracia e mais recursos, e se não se conseguir ampliar os recursos, buscar novas alternativas. Detalha que o proposto pode gerar conflitos entre organizações, é excludente ao se pretender 25 redes, quando o Brasil tem 26 estados e um Distrito Federal, que deve incluir novos fundos de investimento.

Rachel Vaz Soraggi/ABD, aponta a preocupação quanto a restrições das instituições e seus representantes, que precisa aumentar a taxa administrativa em razão das despesas essenciais para funcionamento e que instituições não estão conseguindo sobreviver.

Patrícia Dias Ribeiro, convidada do BNDES, responde que os editais vão atender todas as regiões, e serão observadas as especificidades não só da Amazônia, mas de outras regiões também; que as contribuições apresentadas serão analisadas. Quanto a fragilidade das instituições, a possibilidade é ter uma cabeça de rede de forma que esta envolva as que não consigam acessar projetos diretamente.

Thaissa Souza, convidada do BNDES, acrescenta que quanto aos custos administrativos não é possível ter uma taxa *Flat*; que há possibilidade de custos administrativos serem custeados em alguns casos em que tenha relação com o projeto, passível de avaliação; que a ATER tem um custo de RH, integrado às atividades finalísticas do projeto. Destaca a importância de se fortalecer redes de financiamento; que atualmente é utilizado o Fundo Amazônia, Fundo Socioambiental do BNDES e recursos da FBB e que é preciso buscar outras parcerias para questões de licenciamento e de apoio para apresentação de projetos; que, quanto a burocracia, se flexibilizará o que for legalmente possível.

Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira/FBB continua, respondendo que a taxa é paga quando inclusa no projeto, se for gasto para a execução do projeto, em especial o ECOFORTE, que é sim remunerado. Sobre diferenciação de ATER no SENAR é possível apoiar a aquisição de equipamentos, se previstos no projeto, porém existe a limitação de recurso. *Advocacy* era prevista quando se fez a construção do ECOFORTE, num apoio contínuo, de novas etapas; que estava previsto no arcabouço jurídico, mas é uma questão que o grupo discutirá. Quanto ao território, a preocupação é de não haver dispersão de recursos, mas sim ações de mudanças efetivas no território ou na rede.

Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR, ressalta que o ECOFORTE é a principal ação para o fortalecimento das redes, por institucionalidade de Governo; o acordo de cooperação é composto por 11 ministérios e instituições. Um desafio da CNAPO será mapear as redes, institucionalizar, e prever o alcance dos editais. Propõe à Plenária que seja criado um GT, com 11 representantes da Sociedade Civil, para acompanhar e monitorar o ECOFORTE.

b) PRONARA: Agroecologia e promoção da Saúde

Rogério Pereira Dias/IBO, apresenta um histórico sobre o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. Informa que esse debate se iniciou em 2013 tendo como meta e iniciativa de criar GT com a finalidade de incentivar o processo de transição agroecológica ou orgânica sem utilização de agrotóxicos, ou com utilização de agentes de baixo perigo e risco para a saúde e o meio ambiente; que há a nova lei de agrotóxicos que inclui produtos biológicos como baixo perigo; que foram construídos mecanismos de restrição de uso, produção e comercialização. Houve uma temática de conscientização da população inerente aos problemas do uso dos agrotóxicos. O PRONARA tinha previsto 6 eixos organizados em I - registro de produtos; II - controle, monitoramento e responsabilização de produção e uso; III - medidas econômicas e financeiras; IV - desenvolvimento de alternativas; V - informação, participação e controle social; e VI - formação e capacitação. Foi apresentado à CNAPO e à CIAPO para a avaliação dos Órgãos envolvidos; a então Ministra do MAPA, Kátia Abreu, foi a única que se recusou a assinar e o decreto não foi publicado. Em contrapartida a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, apresentou para a Comissão de Legislação Participativa do Congresso o projeto de lei nº 6.670, de 2016, intitulado de Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, o PL de Agrotóxicos foi para Plenário, mas o PL da PNARA até o momento não foi pautado. Ressalta ainda mais a importância do PRONARA, diante da aprovação do PL dos Agrotóxicos, que traz mais retrocessos do que já havia na Lei de Agrotóxicos. Sugere a recriação de GT para fazer uma revisão do PRONARA, para que já se comece a articulação para não ocorrer o mesmo problema do passado e permitir a instituição do programa para fazer o enfrentamento necessário à situação atual.

c) NEAs: Agroecologia nas ações de inovação, ensino, pesquisa e extensão

José Nunes da Silva, convidado da ABA, expõe que os Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs, surgem do movimento da Agricultura Alternativa da década de 80, que é articulado como ciência, movimento e prática, que são experiências concretas de construção do conhecimento, feitas colaborativamente por aprofundamento e vivências nos territórios entre acadêmicos e conhecimentos das populações tradicionais, dos indígenas, dos camponeses e camponesas, e na agricultura familiar. Relata que de 2010 a 2016 houve 7 editais específicos. Foram investidos R\$ 42,8 milhões. Os NEAs têm se configurado como ferramenta importante de formação dentro das universidades, que envolvem mais de 400 docentes, 650 estudantes, 165 técnicos de ATER, 800 bolsistas de extensão, 312 cursos realizados, com mais de 25.500 educandos, em quase 8.500 horas de formação, dentro e fora das universidades e 150 processos de inovações tecnológicas e metodológicas. Cita como pontos de destaque para continuidade dos NEAs I - a contribuição dos NEAs para a constituição de redes e de núcleos, sejam nos níveis estaduais a regionais e até internacionais; II - A capacidade de serem mobilizadores sociais, promovendo processos para a qualificação da participação social e práticas de governança; III – contribuem para potencializar a democracia, qualificando as relações da Sociedade Civil com o Estado; e IV - atuar no acompanhamento, monitoramento, avaliação e sistematização de políticas públicas.

Vivian Libório de Almeida/MDA, informa que existe a perspectiva de aporte de R\$ 22 milhões para os editais dos NEAs; que está em desenvolvimento um pacote de inovação para a Agroecologia que engloba os NEAs; enfatiza a necessidade de “recaptura” do orçamento por meio do FNDCT.

Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR, propõe que o GT de revisão do PRONARA produza uma Nota Conceitual para validação dos Ministros; Em relação aos NEAs, informa que o Termo de Referência para pactuação dos Ministérios com o CNPq está em vias de conclusão.

3. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DISCUSSÃO SOBRE A PLANILHA DO PLANAPO APRESENTADA PELA CIAPO

Ynaiá Masse Bueno, convidada do MDA, como representantes da Secretaria Executiva da CIAPO apresenta Proposta de metodologia do trabalho e discussão do PLANAPO para a Plenária, que se organizará em quatro grupos de discussão para produzirem relatórios. Os grupos trabalharão nas dependências da Presidência da República pela tarde do dia vinte das 14hs às 18hs e na manhã do dia vinte e um das 8hs às 12hs.

4. DISCUSSÃO EM GRUPOS

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 21 de março 2024, das 14h-18h.

5. PLENÁRIA FINAL

- **Relatorias das discussões em grupo do PLANAPO**

Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet/CNPOrg, inicia a exposição das relatorias das discussões do PLANAPO, **grupo 1, Eixo Produção**: relata que discutiram apenas um objetivo; que há ausência de iniciativas de fomento no Plano, somente crédito por financiamento bancário; que as metas e os indicadores apresentados são baixos e que não se pode reduzir metas por restrições orçamentárias; houve questionamentos em relação aos Bioinsumos e o grupo vê preocupação em não perder o acúmulo dos conhecimentos das famílias camponesas para corporações que estão se apropriando destes; que sementes e mudas devem ser tratadas como insumos de produção. O grupo se reunirá *on-line* nos próximos dias e providenciará relato completo até o dia 10 de abril.

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA, relatora do **grupo 2, Eixo Construção do Conhecimento**, relata que houve limitação em trabalhar com a planilha entregue e os materiais que as Organizações apresentaram. Ficou entendido que as metas e iniciativas foram construídas e pactuadas entre CIAPO e Ministérios. Foram realizadas junções de objetivos específicos, apresentados de 8 reduzido para 5. Como ponto de atenção cita que é importante que os Ministérios indiquem pessoas que realmente acompanhem as pautas, pois, foi sentida e, considerada como incômodo, ausências de representantes estrategicamente importantes como ANATER, Ministério da Educação, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas e da Coordenação de Juventude do MDA, o que impossibilitou melhor debate sobre ATER; percentual de participação de mulheres, juventude, povos indígenas e povos negros e negros, sobretudo a construção coletiva do conhecimento que se faz com os sujeitos que, geralmente, são os que constroem as iniciativas, as quais não se devem sair somente dos Ministérios para a população. Neste Eixo não há iniciativas relacionadas ao MEC; que não é interessante apenas um objetivo específico com somente uma iniciativa para juventude. Que as ações sugeridas pela Sociedade Civil sejam postas no Plano mesmo que não tenha recurso previsto, pois, o Plano tem que ser construído com o que os povos realmente necessitam. Por fim o grupo considerou insignificantes as metas pretendidas e destaca como ínfimos os números relacionados a PRONERA, ATER e Juventude.

Fábio Pierre Fontenele Pacheco/ANA Amazônia, do **grupo 3, expõe sobre o Eixos 2, Uso e Conservação da Natureza, Eixo 5, Terra e Território e o Eixo 6, Sóciobiodiversidade**. Reforça que as questões relacionadas às mudanças climáticas e o combate à fome devem perpassar por todos os eixos e iniciativas do Plano. Além da ausência da ANATER o grupo considerou importante que a FUNAI e o IPHAN possam compor a CNAPO; que foi vista a falta de comprometimento dos Órgãos que não inseriram no Plano as iniciativas sistematizadas e disponibilizadas pela Sociedade Civil e que deve ser fornecida a memória para propor ajustes e qualificação das ações. As metas em números são insuficientes para salvaguardar os direitos desses Eixos; que o foco sejam as necessidades mais urgentes que são as ameaças das mudanças climáticas relacionadas aos projetos de crédito de carbono, das energias renováveis e das matrizes do hidrogênio verde e que sejam criados sistemas e protocolos de proteção dessas populações. Que a conquista do Marco Referencial de Agroecologia não cause impactos negativos às populações, especialmente os cerceados do agronegócio e mineração; que haja um diagnóstico, feito por eixos, sobre externalidades do agronegócio e da mineração em função da não eficiência econômica, energética e ambiental; que haja também um diagnóstico sobre sistemas agroecológicos e agroextrativistas que são ambientalmente eficientes, produtivos, economicamente viáveis, justos e ecologicamente adaptados. Ter EFAs que além de construir conhecimento, possa também ser juntada a um sistema de ATER com técnicos do local em atendimento ao local.

Flavia Londres da Cunha, Secretária-Executiva da ANA, do **grupo 4, discorrendo sobre o Eixo 4, Comercialização e Consumo e o Eixo 7, Saúde e Cuidados** relata que há insuficiência das metas, que foram consideradas tímidas e fracas; que não contempla informações de orçamento. Muitas ações sugeridas pela Sociedade Civil não foram incorporadas no Plano e aponta sobre iniciativas como a criação de um mecanismo de gestão e monitoramento, Economia Solidária, inclusão dos públicos urbanos e periurbanos, marisqueiras e marisco, e agroindustrialização. Legislação Sanitária e adequação sanitária deve estar também no Eixo Comercialização e Consumo. Propõem a criação de um GT para discutir Normas Sanitárias; a criação de objetivo específico que trate de selos e certificação; de ação que trate da regulação dos Centros de Processamento de Plantas Medicinais de Base Agroecológica e da Sociobiodiversidade com iniciativa que trate

sobre mecanismos de compras institucionais de alimentos agroecológicos pelos equipamentos de saúde. No Eixo Saúde e Cuidados houve remanejamento de iniciativas dentro dos objetivos e sugerido a reformulação de textos.

Silvio Silva Brasil/CNAPO/SG-PR, encerradas as relatorias do PLANAPO, e discutida a metodologia que orientará os passos seguintes, resume o debate, indicando como encaminhamento que os grupos apresentem suas contribuições à Mesa Coordenadora até o dia 10 de abril; dos grupos serão tiradas duas pessoas, respeitando a paridade Governo e Sociedade Civil, que sistematizará os resultados e os entregará à Secretaria-Executiva da CNAPO que o endereçará à CIAPO.

- **DEMAIS INTERVENÇÕES**

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA informa que a Sociedade Civil discutiu a previsão de criação dos seguintes GT's: I - PRONAF; II - PRONARA; III - NEAs; IV - BIOINSUMOS; e V - ECOFORTE.

Eduardo Safons Soares/CONAB sugere a criação de um GT para incidir no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar - PNAAB.

Islândia Bezerra da Costa/SG-PR, informa que a CNAPO não foi convidada até o momento para incidir junto a esse comitê.

Silvio Silva Brasil/CNAPO/SG-PR, informa que a Secretaria executiva da CNAPO irá dialogar com a SEAB, do MDA, visando com que a CNAPO seja convidada a compor o grupo de elaboração da PNAAB, com a indicação de representantes da Sociedade Civil. Da mesma forma com o MAPA, em relação à comissão de BIOINSUMOS e com o MMA para representação na construção do Plano Clima.

Cássio Murilo Moreira Trovatto, convidado do MDA, sugere a mudança do PRONARA de GT para Subcomissão Temática em razão do prazo curto e que o tema demandará continuidade.

Allan Kardec Moreira Milhomens, convidado do MMA, esclarece que o Plano Clima está em desenvolvimento nas coordenações setoriais; quanto a recursos externos existe o Fundo de Adaptação com aporte de R\$ 100 bilhões anuais a países em desenvolvimento, que o Brasil, e a Agroecologia, no contexto agricultura familiar, têm potencial para arrecadar recursos desse fundo.

Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata/MDS, acrescenta que o Plano Clima tem duas vertentes, mitigação e adaptação; que a mais célere é a de adaptação e o MDS está coordenando a parte de segurança alimentar e nutricional.

- **APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO**

Allan Kardec Moreira Milhomens, convidado do MMA, faz a leitura da Moção de Apoio à Reestruturação da Carreira dos Servidores da Área ambiental federal. Questionado o Plenário da CNAPO, a Moção foi aprovada por unanimidade.

APRESENTAÇÃO DE MANIFESTO DA SOCIEDADE CIVIL

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA afirma a importância da CNAPO como pauta estratégica fundamental para articulação de políticas públicas, em especial o combate à fome, o enfrentamento à crise climática e a saúde; finaliza, sintetizando, que A CNAPO defenderá coletivamente a Agroecologia e a vida dos sujeitos em seus territórios.

Leomárcio Araújo da Silva/MPA continua, ressaltando que há razão de festejar a retomada da CNAPO, porém, expõe preocupações relacionadas à desproporção entre discurso de um Plano Safra Mais Agroecológico e as ações efetivas, quanto ao volume de recursos. Questiona a importância que o Governo manifesta, quando na primeira reunião ordinária houve tantas ausências importantes para acompanhamento, reflexão e diálogo; reforça o pedido ao Governo, em especial ao Ministro Márcio Macedo, que estruture melhor a Secretaria-Executiva da CNAPO, com aporte de orçamento e também viabilize a presença do titular e do suplente nas reuniões para que haja melhor qualidade nos trabalhos.

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA convida a todos e todas a cantar a música da *Marcha das Margaridas* cujo título é *Pela Reconstrução do Brasil*.

MESA DE ENCERRAMENTO

Composta por **Kelli Cristine de Oliveira Mafort** - Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Vivian Libório de Almeida** – Secretária-Executiva da CIAPO - MDA e **Silvio Silva Brasil** – Secretária-Executiva da CNAPO - SG/PR, que abre à intervenção e saudação final da Mesa.

Vivian Libório de Almeida/MDA ressalta que são muitos os desafios e é preciso colocar a temática da Agroecologia na centralidade da estratégia, de maneira intersetorial e engajada; que os impactos dos últimos sete anos enterraram, de forma perversa, muitas políticas; que nenhuma política pública desse Governo é feita sem o olhar da Sociedade Civil; que a política de Agroecologia é algo tão caro e, ressaltando a importância da mensagem contida no Manifesto da sociedade civil.

Kelli Cristine de Oliveira Mafort agradece em nome da Secretaria-Geral da Presidência da República a presença e o empenho da Sociedade Civil nos trabalhos realizados; justifica a ausência do Ministro, dadas outras agendas assumidas, que ocorrerem concomitantes à reunião da CNAPO; acrescenta que nunca se precisou tanto ter na centralidade a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que responde aos enfrentamentos e crises presentes; assume o compromisso de agendar uma reunião do Ministro Marcio Macedo com a Mesa Coordenadora da CNAPO, para antes da próxima reunião presencial, para pensar em estratégias robustas, visando dar passos mais ousados e largos dentro da PNAPO; cita também como espaços possíveis de atuação da CNAPO o G20 Social e a COP30; informa que todos os pontos colocados na reunião serão acolhidos e levados aos Ministros; exalta a necessidade de vencermos os desafios apontados e avançar na construção, aplicação e difusão da PNAPO. Reitera os agradecimentos ao empenho e à presença de todos e todas e deseja um bom retorno às suas casas.

SUMÁRIO DE DECISÕES/ENCAMINHAMENTOS APROVADOS

Aprovada por unanimidade na plenária final da Reunião ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 21/03/2024, a Moção de apoio à reestruturação da carreira dos servidores da área ambiental federal. Foi solicitado que a Moção seja encaminhada às instâncias pertinentes: primeiramente aos órgãos do governo federal, especialmente a Secretaria Geral da Presidência da República, ao Ministério da Gestão e Inovação e ao conhecimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como aos representantes do Poder Legislativo, com o intuito de sensibiliza-los para a urgência e importância dessa questão.

Demais encaminhamentos:

Agendar uma reunião como Ministro Márcio Macêdo no sentido de maior divulgação sobre a política de agroecologia com o objetivo de:

- Reafirmar a importância que a Secretaria Geral da Presidência tem de trabalhar para fortalecer a pauta da Agroecologia junto a todos os ministérios da Esplanada, reafirmando também a importância da CNAPO estar vinculada à Secretaria Geral.
- Que a Secretaria Geral faça esforço no sentido de que governo Lula reforce a participação social, inclusive através do fortalecimento da Secretaria (executiva) da CNAPO, para ela executar suas atribuições, com a estrutura necessária.
- Necessidade da participação dos titulares e suplentes da sociedade civil nas reuniões. Para tanto, será preciso definir as subcomissões temáticas que são importantes para a qualificação do Planapo.

Fazer *lobby* junto ao legislativo para que este disponibilize emenda para a agroecologia, bem como, dialogar com o governo no sentido de garantir orçamento crescente para este setor;

Reforçar a importância e incentivar a proposta dos quintais produtivos;

Ampliar a organização e participação dos fóruns internacionais. Ressaltou-se que sem participação social, não se pode avançar e o compromisso em articular o engajamento, de grupos, pensando principalmente na organização de um G20 social, por ocasião da realização da cúpula do G20 que acontecerá aqui no Brasil.

Criação de GT Ecoforte na CNAPO, composto pelos 11 órgãos partícipes do ACT e 11 representantes da Sociedade Civil;

Recrutar o GT PRONARA, com composição paritária do Plenário e prevendo a possibilidade de convite às organizações não integrantes da CNAPO e com a orientação para que desenvolvamos também, antecipadamente, duas tarefas:

- Documento conceitual sobre o programa para submissão aos ministros/as implicados;
- Mapeamento das iniciativas relacionadas ao programa no PLANAPO.

Criar GT PRONAF

Criar GT NEAs

- Pautar o tema em reunião *online* da CNAPO proximamente, com apresentação do MCTI e, se possível, com reunião preparatória com a Mesa Diretora.

Finalizar de forma consensualizada, na Mesa Coordenadora, a proposta de Regimento interno da CNAPO, para que seja apresentada para aprovação na próxima Reunião Ordinária, no mês de junho. Minuta deve ser enviada antecipadamente a todas e todos.

Discussão do Planapo

Consensualizado que os 04 grupos que discutiram os 07 eixos do Plano prosseguirão nas discussões, por meio de reuniões virtuais.

Cada grupo escolherá/definirá dois membros que comporão um grupo de 08 pessoas que será encarregado de fazer a composição final do Plano, dando-lhe um formato coerente, a ser enviado à CIAPO. Foi pactuado o dia 10 de abril como data final para apresentação das relatorias dos grupos de discussão do PLANAPO.

Outras sugestões apontadas de deliberação:

- Provocar a SEAB/MDA para convidar a CNAPO a compor o grupo de elaboração da PNAAB.
- Provocar o MAPA em relação a Comissão de Bioinsumos.
- Provocar a SNMC/MMA para garantir uma etapa de escuta da CNAPO na construção do Plano Clima.